TRANSIÇÃO: FALTA DE VERBA TRAVA AÇÕES ESSENCIAIS DA PF, ALÉM DOS PASSAPORTES

Segundo Flávio Dino, coordenador da equipe da Justiça da transição de governo, orçamento contingenciado pela atual gestão para este ano impossibilita missões nas fronteiras e até na posse de Lula.

Integrantes da cúpula do Gabinete de Transição do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmaram, nesta quarta-feira (23/11), que a falta de recursos previstos no orçamento para o restante deste ano vai interromper serviços do governo.

A interrupção deve atingir ações e missões da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), como a emissão de passaportes, o abastecimento de combustível em viaturas e o pagamento de diárias a agentes — o que pode vir a prejudicar até mesmo o evento da posse presidencial, em 1º de janeiro.

"*Não tem recurso para fechar o ano. E algumas atividades essenciais estão parando*", afirmou o coordenador do Grupos Técnicos (GTs) da transição, ex-ministro Aloizio Mercadante.

A previsão da equipe para 2023 é "ainda mais preocupante", segundo Flávio Dino, coordenador do GT de Justiça e Segurança Pública e senador eleito pelo PSB. As declarações de Mercadante e Dino foram dadas em entrevista coletiva, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – sede do gabinete de transição do governo Lula.

"*É dever nosso dizer que é muito difícil prover segurança se não houver recomposição imediata dos recursos para as diárias, porque é preciso mobilizar um contingente adicional num evento como a posse*", alertou Dino. "*Não tem diária hoje. Nem para a PF, nem para a PRF, nem para o projeto dos Guardiões das Fronteiras*", ressaltou.

Segundo Flávio Dino, seriam necessários pelo menos mais R$ 200 milhões apenas para restabelecer as funções básicas já previstas apenas para a PF e para a PRF neste restante de 2022.

Só para retomar a normalidade da emissão de passaportes – uma das atividades sob maior risco e que já foi interrompida -, de acordo com Dino, são necessários R$ 74 milhões. Para conseguir arcar com todas as despesas e investimentos para o ano que vem, faltam cerca de R$ 500 milhões para fechar a conta.

"*O cenário para 2023 é mais preocupante ainda, na medida em que a proposta orçamentária inicial era de R$ 1,847 bilhão. Isso foi limitado no ano de 2023 para R$ 1,277 bilhão. E qual a*

consequência disso? É que teremos, para investimento no próximo ano, apenas R$ 31 milhões de investimento para a PF no país o ano inteiro", afirmou Dino.

"*Se nós somarmos o que é necessário para restabelecer o que já está colapsado hoje, com aquilo que são projetos imprescindíveis para 2023, chegamos à conclusão que R$ 1,2 bilhão, para 2023, implicará em um cenário de paralisação de serviços essenciais da PF (...) para as pessoas, como o passaporte, e para o país, como a segurança da Amazônia*," complementou o senador eleito pelo PSB.

Na PRF, os principais problemas afetados pela falta dos recursos elencados pela equipe de transição foram a execução da operação de Ano Novo e Carnaval, chamada de 'Rodovida", além do abastecimento e da manutenção de viaturas, e do pagamento de diárias e passagens.

O coordenador do GT de Justiça e Segurança pondera que é essencial o Congresso Nacional ter conhecimento da situação, devido ao momento de negociação da PEC que abrirá espaço orçamentário para o pagamento do Bolsa Família de R$ 600 no ano que vem e outras medidas sociais.

"*Nós temos agora um debate sobre a PEC e sobre o orçamento de 2022, e nós estamos demonstrando numericamente com dados oficiais que, a prevalecer os contingenciamentos, as restrições hoje vigentes, teremos um cenário em 2023 preocupante no que se refere a temas essenciais e que hoje ganham primazia na agenda do mundo, a exemplo da Amazônia e da situação das fronteiras brasileiras*."

Uma outra questão levantada por Flávio Dino foi que os secretários de administração penitenciária teriam demonstrado preocupação por falta de recursos para a área, uma vez que o Ministério da Justiça não teria repassado as parcelas do Fundo Penitenciário aos estados no período relativo a 2022.

Ao deixar o CCBB na quarta-feira (23/11), Flávio Dino afirmou que a situação orçamentária identificada pelo GT junto aos governos estaduais foi informada ao ministro da Justiça, Anderson Torres, que por sua vez teria prometido repassar o quadro à Junta de Execução Orçamentária.

Foto: Divulgação

http://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/3672/transicao-falta-de-verba-trava-acoes-essenciais-da-pf-alem-dos-passaportes em 02/06/2026 23:18